

DO CAMPONÊS E DO POPULAR A ECONOMIA SOLIDÁRIA: SOBREVIVÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DOS NÃO ASSALARIADOS

Felipe Vella Pateo

(Mestrando em Interunidades em Integração da América Latina da USP)

Resumo

Através da revisão do debate histórico e do contemporâneo em torno da produção camponesa, da popular e da solidária (sua demarcação conceitual e sua funcionalidade ao capitalismo), este ensaio busca apontar uma continuidade na identificação de que formas não capitalistas de produzir (inicialmente desenvolvidas como forma de sobrevivência) podem adquirir potencial transformador através da associação coletiva.

Palavras-chave: Economia Solidária; Campesinato; Economia Popular.

Área: Economia solidária e cooperativismo

Abstract

Through the revision of the historical and the contemporary debates over the peasantry, the popular, and the solidarity production (their conceptual delimitation and their functionality to capitalism), this essay seeks to point the continuing identification that non-capitalist production forms (initially developed as a mean of survival) may acquire a transforming potential through collective association.

Keywords: Solidarity Economy; Peasantry; Popular Economy.

Area: Solidarity Economy and Cooperativism

Apresentação

Este trabalho dedica-se a estudar a existência de formas não capitalistas de produzir (no campo e na cidade) dentro de sociedades capitalistas. No campo, remete-se à tradição de estudos da economia camponesa, a qual se refere àqueles trabalhadores proprietários de terra que não são assalariados e nem empregam de forma regular o trabalho de outrem; já no meio urbano remete-se à tradição de estudos da economia popular, que se refere às estratégias de sobrevivência dos trabalhadores urbanos especialmente a partir da segunda metade do século XX frente à crescente dificuldade de encontrar o trabalho assalariado.

Os debates em torno da “economia camponesa” e da “economia popular” são apresentados desde o seu surgimento histórico até o momento atual. Identifica-se como as lógicas de reprodução da vida dos setores camponeses e populares diferem ao mesmo tempo das dos “setores assalariados” e das dos “setores empresariais” e apontam para a possibilidade de “emancipação do trabalho” através da organização em formas de trabalho coletivo, organizado de forma autogestionária e com características de reciprocidade. O trabalho busca, também, apontar alguns elementos que permitem compreender como essa organização das formas camponesas e populares, através da “economia solidária”, pode contribuir para a superação de uma possível funcionalidade para a economia capitalista, transformando-a em potencialidade de superação positiva dessa economia.

Nesse percurso, identificamos as continuidades, que nem sempre estão explícitas, entre alguns dos primeiros teóricos que estudaram a economia camponesa e os mais recentes debates em torno da economia popular e da economia solidária.

1) A economia camponesa

O debate a respeito do campesinato entre os teóricos revolucionários do início do século XX

De acordo com Hegedus (1984), pode ser afirmado que a ortodoxia marxista¹ considerou a classe camponesa como uma classe de transição entre feudalismo e capitalismo e entre a classe operária e a classe dos capitalistas. Nessa perspectiva, ainda que tenham ocorrido algumas tentativas de revisão à tese original, a classe camponesa seria resíduo do modo de produção feudal, sem a capacidade de ser uma força revolucionária autônoma, cabendo essa apenas aos operários, a única classe capaz de superar a contradição do capitalismo.

Essas afirmações sempre foram pontuadas por uma perspectiva de que cabia aos operários defender os verdadeiros interesses dos camponeses, seja por motivações humanistas ou políticas. Estes

eram vistos como uma classe em vias de extinção que padecia de formas desumanas de trabalho, mas da qual não cabia proceder à expropriação das terras. Há de se mencionar que essa concepção não era, como não é hoje, uma unanimidade entre marxistas, de forma que é possível resumir as divergências sobre o campesinato no seio do marxismo do século XIX e início do século XX em torno das seguintes questões: a necessidade de atrair os eleitores camponeses (no caso da social-democracia que se propôs o caminho eleitoral) que abria a discussão sobre quais concessões deveriam realizar-se para garantir o seu apoio; a possibilidade (ou não) de sobrevivência da propriedade camponesa no capitalismo (associada a uma discussão quanto à parcelarização); e, por fim, o impacto das diferenças estruturais entre Europa Oriental e Europa Ocidental sobre o papel a ser desempenhado pelo camponês.

Nesse último ponto, o próprio Marx chega a abrir uma exceção no que diz respeito ao potencial de aproveitamento das tradições camponesas no processo revolucionário, chegando a afirmar, em uma carta, que a comunidade rural é o ponto de apoio da regeneração social na Rússia, posição que não era compartilhada por Engels (HEGEDUS, 1984). O que aconteceu na prática do processo revolucionário russo é que os bolcheviques (a despeito da concordância de Lênin com as teses de Kautsky) adotaram uma postura de aproximação aos camponeses, tendo Lênin censurado os mencheviquesⁱⁱ, já em 1909, “por fazerem parecer reacionário o movimento dos camponeses, ao lutar contra os populistas de modo autoritário” (HEGEDUS, 1984:170). Essa posição se concretizou nas medidas adotadas na prática quando da tomada do poder pelos bolcheviques, incluindo aí a divisão de terras e a incorporação de Chayanov ao governoⁱⁱⁱ.

Por outro lado, os anarquistas (WOODCOCK, 1983) nunca fizeram uma distinção entre os explorados, procurando encontrar os mais propensos a efetivar uma revolução social. Proudhon, por exemplo, era um entusiasta da pequena propriedade camponesa, que garantiria o máximo de liberdade ao produtor por meio do mutualismo (federação livre com outras pequenas propriedades), princípio que valia tanto para camponeses quanto para artesãos. Essa diferença de concepção foi, de fato, um dos principais motivos de conflito entre marxistas e proudhonistas na Primeira Internacional, ainda em 1866.

Delimitações de correntes teóricas

Dentro dos contornos teóricos desse debate em fins do século XX, ainda permanecem as discussões em torno da possibilidade de sobrevivência da agricultura camponesa, situada agora não mais em um contexto de diferenciação entre Europa Ocidental e Europa Oriental, mas entre países desenvolvidos e não desenvolvidos (ou em desenvolvimento).

De acordo com Oliveira (1991), são identificadas três vertentes teóricas entre os autores que discutem a questão agrária no Brasil^{iv}. Duas dessas vertentes defendem a existência de uma tendência ao

desaparecimento do campesinato nas sociedades que se modernizam sob a lógica do capitalismo industrial, seja pela diferenciação interna (com formação de pequenos capitalistas rurais de um lado e proletários de outros), seja por intermédio de um processo político de coerção extraeconômica, que se dá através da separação gradual entre camponês e seus vínculos comunitários, indústria rural e agricultura e, por fim, meios de produção e pequeno produtor mercantil.

O terceiro grupo, no qual José Souza Martins aparece como referência, é aquele a partir do qual Oliveira (1991) constrói sua definição do campesinato. Esses autores entendem que o próprio processo contraditório de desenvolvimento do modo capitalista de produção estabelece tanto relações de produção capitalistas como não capitalistas no campo. Aqui, Oliveira faz questão de ressaltar que, a despeito das similaridades com a teoria de Chayanov, essa interpretação guarda uma distinção importante: Chayanov referia-se a camponeses enraizados, que queriam permanecer alheios ao capitalismo na Rússia do século XX, enquanto no processo brasileiro “a apropriação camponesa da terra é fruto das contradições e da lógica do capital” (OLIVEIRA, 1991:49), como consequência do fim do trabalho escravo, mas também dos impactos contemporâneos ao autor (início dos anos 1990) da lógica do capital.

Já Shanin^v (1976) refere-se, em um âmbito mais geral a existência de três enfoques na delimitação da “economia camponesa”: o da sujeição feudal (campesinato como maioria agrícola explorada dentro da estrutura feudal de dominação); o do conservadorismo normativo (inércia cultural da economia camponesa); e o que dá maior importância às características econômicas de produção e troca. Tendo o primeiro enfoque sido descartado pelo fato de excluir grande parte do campesinato contemporâneo e o segundo por ser excessivamente inclusivo e qualitativamente vago, o autor situa o debate da sua época em torno da caracterização do terceiro enfoque.

Adepta deste último, a antropologia econômica tende a priorizar as características inerentes às trocas realizadas, assumindo a existência de um dualismo entre economia comercial e não comercial (arraigado no dualismo conceitual entre sociedade primitiva e moderna); dessa forma, a economia camponesa assumiria um caráter intermediário. Stavenhagen (1978) classifica essa visão, na forma que assumiu no México, como “culturalista” e falha, especialmente no que concerne às relações dos camponeses com a sociedade nacional.

Os que definem a economia camponesa como um tipo específico de produção (e portanto ressaltam as características inerentes a esse aspecto), por sua vez, dividem-se entre os denominados seguidores ortodoxos de Marx (como Lênin), que consideram o camponês contemporâneo um produtor, que é um proletário e capitalista unido na mesma pessoa; e Rosa Luxemburgo e Chayanov (claramente Shanin identifica-se mais com essa corrente), que enfatizam a unidade específica e indivisível da família-empresa camponesa, que a permite existir dentro de distintos sistemas ou formações sociais. Para Shanin (1976), Chayanov considera, inclusive, a economia camponesa como um modo de produção específico, assim como o capitalismo ou o feudalismo.

Nessa última vertente, formada por aqueles que caracterizam a economia camponesa a partir de suas características econômicas de produção com especificidades próprias, descarta-se que a classe camponesa assuma o caráter de “classe de transição” mencionado no início deste trabalho.

De forma geral, percebe-se que tanto Oliveira (1991) para o caso do Brasil, quanto Shanin (1978) de uma forma mais geral, ao apresentarem os componentes do debate em torno do campesinato, vigentes em fins do século XX, diferenciam os autores por meio de alguns elementos de análise que já eram polêmicos em fins do século XIX e que ainda não foram totalmente resolvidos.

Caracterização da economia camponesa

Os autores contemporâneos que estudamos e que parecem ter se aproximado mais de uma “concepção realista” das especificidades da economia camponesa basearam-se, de uma forma ou de outra, em Chayanov. Portanto, apresentamos agora os elementos que, para ele, compõem esse outro sistema econômico.

Chayanov (1981) foi um dos pioneiros (escrevendo em 1924) a identificar que vastas áreas da vida econômica baseiam-se em formas não capitalistas de produção, para as quais não podem ser aplicadas diretamente as categorias capitalistas. É o caso da lógica de reprodução camponesa, cuja utilização das características da vida social rural pode, ocasionalmente, proporcionar vantagens competitivas sobre formas capitalistas de produção mesmo em um sistema econômico predominantemente capitalista (SHANIN, 1986).

Esse autor criou um modelo (idealizado, no qual não há trabalho assalariado) para estudar a lógica da unidade econômica familiar não assalariada. Nessa unidade não há salário e, portanto, não existe a possibilidade de aplicação dos conceitos de lucro, renda, ou juros do capital. A sua ênfase é a família camponesa, mas ele faz questão de indicar que seu raciocínio aplica-se também à produção familiar artesanal. Dessa forma, na exploração agrícola familiar e também no artesanato, a família conta com os meios de produção e a sua própria força de trabalho para realizar a produção anual de certa quantidade de bens, representando o produto bruto da atividade econômica, que é trocada no mercado. Retirando-se desse produto o dispêndio material necessário no decorrer do ano, resta o acréscimo em valor dos bens materiais que a família adquiriu com seu trabalho, ou seja, o produto do seu trabalho (Chayanov, 1981).

Ainda de acordo com esse autor, o produto do trabalho é a única categoria de renda possível para uma unidade familiar camponesa ou artesanal. Seu valor é determinado pelo tamanho e composição da família trabalhadora, pelo número de seus membros capazes de trabalhar, pela produtividade da unidade de trabalho e pelo grau de esforço do trabalho (grau de autoexploração). Este último é dado pelo equilíbrio entre satisfação da demanda familiar (composição da família e de suas necessidades) e a

penosidade do trabalho (condições de produção).

Shanin (1976) alerta para o fato de que esses balanços, para a economia camponesa, são imaginários, dado que há uma dificuldade de mensuração do trabalho e da produção para o autoconsumo, reforçada pelo fato de que a supervisão pessoal dispensa mecanismos de planejamento e controle mais elaborados. Shanin reforça também que a lógica do valor de uso predomina sobre o valor de troca.

Chayanov (1981) cita um exemplo em que a lógica da economia camponesa leva a tomadas de decisão produtivas sobre a produção, que são diferentes das decisões que tomariam uma empresa organizada sob a lógica do lucro: em uma situação de escassez de terras, a família não realiza níveis ótimos de exploração. Pelo contrário, aumenta a intensidade da exploração mesmo que, para isso, tenha que introduzir cultivos nos quais o trabalho é mais penoso, com menor rendimento por esforço realizado, mas atingindo um resultado global capaz de satisfazer suas necessidades mínimas.

Esse fenômeno é caracterizado por Shanin (1976) como advindo do fato de que o algoritmo de sobrevivência não é necessariamente igual ao algoritmo de maximização de lucro, de forma que pode haver uma tendência do camponês considerar seu próprio trabalho como de nenhum custo e usá-lo quando o pequeno *output* adicional torna o valor de seu *input* extremamente barato. E não é só a primazia da sobrevivência que diferencia a sua lógica de organização de produção. Para Shanin questões de status social podem, por exemplo, levar a uma partição improdutiva das terras que ofereça a um camponês a posição de liderança de uma exploração camponesa.

Outra diferença apontada por Chayanov (1981) é a que ocorre na renda diferencial. Na unidade produtiva, ela não é renda (pois não existem as categorias que a complementam – salário e juros), mas sim, a possibilidade de obtenção de mais produtos. Nesse caso, o produto do trabalho da família tende a aumentar menos do que a renda de uma unidade capitalista de produção, pois o camponês tende a equilibrar os fatores internos da sua propriedade reduzindo a sua carga de trabalho, aproveitando a maior produtividade para reduzir a autoexploração. De qualquer forma, essa situação de maior prosperidade devido às condições da terra tende a ser anulada pela atração de populações de regiões menos favorecidas, levando ao parcelamento das terras.

Shanin (1976) trata de forma mais concreta questões relativas aos fatores de produção, como a terra, por exemplo, cuja posse é, em princípio, uma condição necessária, sendo sua provisão no mercado limitada ou totalmente nula. Já quando o capital é limitado, investimentos são feitos normalmente em terra, gado e joias femininas, isso porque os excedentes são magros e costumam ser absorvidos pela economia extracamponesa. Dessa forma, os fatores básicos de produção não são similares em essência, definíveis em termos monetários, facilmente interconvertíveis ou de valor neutro, como na economia capitalista. Além disso, os meios de produção na economia camponesa não passam de geração em geração através das leis de herança como nas sociedades industriais, mas pela maturidade social do jovem casado.

Oliveira (1991) apresenta o conjunto dos elementos que caracteriza a produção camponesa atual a

partir de uma adaptação de Chayanov à realidade brasileira feita por José Tavares dos Santos (1978 apud Oliveira, 1991), distinguindo entre elementos associados às relações de trabalho e elementos associados à propriedade dos meios de produção. A partir da lógica predominante da força de trabalho familiar como motor do processo produtivo, derivam-se outras relações de trabalho que aparecem sempre como acessórias. Essas relações, adaptações do modelo ideal à realidade, podem configurar-se como ajuda mútua, parceria e trabalho assalariado (contratação ou oferecimento).

De acordo com Oliveira (1991), geralmente essas outras relações de trabalho emergem pela falta estrutural de algum fator de produção para a família camponesa. Dessa forma, quando falta força de trabalho para a família camponesa para a realização de algumas tarefas específicas, recorre-se à prática da ajuda mútua com a realização de mutirões ou trocas de dias de trabalho para completar o trabalho que a família não conseguiu realizar. Já quando falta força de trabalho para famílias camponesas mais abastadas, o que frequentemente ocorre em períodos de colheita, essas podem recorrer ao trabalho assalariado. Nesses casos, o contratado costuma manter a sua terra e o contratante não usa a força de trabalho alheia como forma de capitalização, pois o excedente destina-se ao consumo da família e não ao reinvestimento. Para o autor, só nos casos em que a contratação de mão de obra passe de temporária para permanente, os camponeses transformam-se em capitalistas.

Já na situação em que, além da força de trabalho, falta à família camponesa o capital variável para adquirir os insumos necessários à produção, essa tende a recorrer ao formato de parceria, na qual há a divisão de custos e ganhos. Por fim, quando na família há um excesso de mão de obra disponível relativamente aos demais meios de produção (especialmente a terra), geralmente recorre-se, de forma periódica, à oferta de trabalho acessório, que propicia uma fonte de renda monetária, além de um processo de aprendizagem antecipada da condição de proletário para os filhos (Oliveira, 1991).

Outra característica é a fusão da socialização primária (inserção na sociedade) com a secundária (aquisição de conhecimentos específicos), ou, como diz Shanin (1976), a exploração econômica familiar aparece como núcleo básico da identificação social, de forma que a criança começa a trabalhar desde pequena, aprendendo o processo produtivo. Esse processo vem se descaracterizando pela tendência à migração para a cidade, incentivada pela escola que prepara os jovens para o trabalho assalariado urbano.

Shanin (1976) detalha ainda mais a forma como ocorrem as relações de trabalho na unidade camponesa, debatendo como a divisão do trabalho se ajusta às características de gênero e idade. A relação é patriarcal: de um lado, o pai é o supervisor e chefe da fazenda, a quem pertence formalmente o gado e o equipamento, e de outro, há atividades econômicas especificamente femininas, como as de coleta e criação de galinhas, que podem desenvolver-se em comércios femininos. Essa rigidez dos papéis sociais, segundo o autor, torna inclusive o matrimônio uma condição necessária para a sobrevivência da unidade de produção.

Ainda de acordo com o autor, no tocante à importância relativa das atividades realizadas,

predomina o papel do cultivo e da criação animal, mas a coleta do que a natureza oferece e a produção artesanal não podem ser descartadas. A especificidade do trabalho com a agricultura (tendo a natureza como intermediária) faz com que o controle dos resultados do trabalho seja apenas parcial, além de ocorrer uma distribuição desigual do trabalho ao longo do ano, que toma a forma de um “desemprego oculto”. Por outro lado, a agricultura complementada com o artesanato pode abastecer diretamente a maior parte das necessidades básicas da família camponesa, tornando-a mais independente da economia externa.

Quanto à propriedade da terra, Oliveira (1991) destaca que se trata de propriedade familiar e, portanto, privada, mas que se diferencia da propriedade capitalista por não haver exploração de trabalho alheio. Em alguns casos, o camponês não teve acesso à terra como herança e não é portanto, proprietário, podendo pagar pelo seu uso ao proprietário (em produtos, renda ou dinheiro) ou, ao negar-se a fazê-lo, assumir a condição de posseiro.

Além das características específicas da propriedade familiar camponesa (abordadas até o momento), Shanin (1976) destaca a especificidade das relações da “comunidade aldeã”, definida como sociedade autônoma que provê serviços tanto econômicos como sociais. A aldeia oferece o marco imediato para a cooperação camponesa fora da exploração familiar, o que, como afirma Oliveira (1991), é importante para a realização de trabalhos em que uma família não é suficiente. Normalmente a cooperação ocorre para limpeza do terreno, colheita, mas também para provisão de serviços como moinhos. As unidades econômicas aldeãs geralmente são supervisionadas por uma oligarquia dos chefes das explorações familiares, que aparece como uma forma de democracia popular.

Funcionalidade da economia camponesa para a economia capitalista

Oliveira (1991) retrata o camponês como a personificação da forma de produção simples de mercadorias, na qual o produtor detém a propriedade dos meios de produção, realizando o ciclo $M-D-M^{vi}$, em que apresenta seus produtos no mercado para adquirir outros, qualitativamente diferentes, ou seja, “valores de uso”. De forma oposta, o ciclo capitalista $D-M-D^{vii}$ visa acumular capital, obter uma quantidade diferenciada de D , de forma que são compradas mercadorias como insumos de produção os quais, através do valor gerado pelo trabalho e extraído pelo capitalista na forma de mais-valia^{viii}, propicia a obtenção de um “valor de troca” maior ao fim do processo produtivo.

Singelmann (1978) não concorda completamente com essa afirmação. Para ele, a forma camponesa aparece como produção principalmente para o autoconsumo e só quando o camponês começa a ter relações com o mercado é que a forma camponesa aparece como ponto de partida para pensar a produção simples de mercadorias. Para esse autor, a inserção no mercado leva, pelas relações desiguais de

troca, a um aumento relativo do custo dos insumos e a queda relativa dos preços recebidos pelos alimentos ofertados, de forma que a produção para o autoconsumo e o trabalho doméstico não pago tornam-se formas de compensar o equivalente camponês para “as taxas de lucro decrescentes”. Assim, a produção camponesa complementa e não contradiz a produção industrial.

Para Oliveira (1991), esse processo faz parte do desenvolvimento do “modo capitalista de produção”, que aparece como processo contraditório de reprodução ampliada do capital que se realiza não só na esfera da produção, mas também na esfera da circulação. É na esfera da circulação que relações não capitalistas de produção podem ser dominadas e reproduzidas pelo capital.

Baseando-se fortemente em Rui Mauro Marini, Singelmann (1978) descreve essa funcionalidade do setor agrícola camponês para o capitalismo a partir da ótica da Teoria da Dependência e de suas consequências para o setor agrícola mexicano. Essa teoria, influente especialmente em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, afirma que, historicamente, o papel dos países dependentes em contribuir para a formação da mais-valia relativa nas metrópoles começa no início da revolução industrial, ao passo que fornecem gêneros alimentícios baratos, diminuindo os custos de reprodução da classe trabalhadora. Tendo ocorrido esse declínio do valor relativo da força de trabalho, os países periféricos contribuem para combater a ameaça de redução da taxa de lucro pelo aumento da composição orgânica do capital através da exportação barata de matérias primas, que ajudou a diminuir o valor do capital constante. A obtenção desses preços baratos de exportação baseou-se em um acirramento da mais-valia absoluta e superexploração de mão de obra, mecanismos usados pelas elites periféricas para fazer frente à tendência de queda dos preços relativos dos seus bens de exportação.

Quando da industrialização das economias dependentes no século XX, operou-se a desvinculação entre a produção e a circulação de mercadorias, visto que a superexploração impedia a existência de uma demanda interna para além de bens de consumo produzidos por “empresas camponesas ou artesanais”, e a economia estava especializada na exportação.

Dessa forma, o processo de industrialização não precisou que o nível de salários acompanhasse o aumento de produção, sendo o limite mínimo salarial o de subsistência física. Caracterizou-se, portanto, pela substituição de importações de bens de luxo para o consumo das classes altas e das classes médias emergentes.

Por fim, a industrialização reforçou o capitalismo dependente, sendo que o subsídio da agricultura ao sistema capitalista é deslocado para a esfera interna. Dado que o capitalista é obrigado a aumentar a produção e aumentar a exploração do trabalho para compensar a troca desigual com o exterior, faz-se necessário pagar salários abaixo do nível de subsistência. Tal só é possível devido à existência de um setor de produção não capitalista que suplementa os ganhos salariais dos trabalhadores sem custo para o setor capitalista.

De acordo com Stavenhagen (1978), a agricultura, então, permite a manutenção de baixos salários

na cidade e o corte de gastos sociais, além de exercer uma função de “colchão amortecedor” do desemprego urbano. Singelmann (1978) acrescenta ainda a diminuição da demanda por alimentos, já que a economia camponesa opera na lógica da subsistência, o que reforça a tendência de baixa dos preços.

Esses autores propuseram que, ao transferir seus excedentes ao setor não rural, a produção rural diminui os custos de subsistência daquele setor, tornando-o mais produtivo. Ao mesmo tempo, suas taxas de lucro são reduzidas ao mínimo através de mecanismos de mercado e do alto custo da tecnologia importada. Para Stavenhagen (1978), é essa funcionalidade para o capitalismo, advinda da incapacidade estrutural do processo de industrialização em absorver a força de trabalho (dado o seu caráter dependente), que impede a desintegração do campesinato através da requisição da mão de obra no setor urbano e do desenvolvimento de um mercado de bens de consumo.

Chayanov (1991), já em 1926, descrevia o processo de subordinação da economia camponesa ao capital em uma ótica parecida, ainda que utilizando outros termos. Para esse autor, trata-se do fato de a exploração capitalista do campo trazer um maior dividendo via exploração vertical, transferindo o risco empresarial para o fazendeiro, do que via exploração horizontal^{ix}, que predomina na indústria.

Frente a essa realidade o capitalismo se viu forçado a exercer o controle sobre a agricultura sob a forma de “concentração vertical”. Nesse formato, em vez da criação de grandes empresas agrícolas com utilização de trabalho assalariado, a agricultura emerge de formas seminaturais de existência para a subordinação ao capitalismo comercial. O capitalismo então ganha controle sobre as ligações desses produtores com os mercados e desenvolve um sistema de crédito em condições próximas à escravidão. Como decorrência natural, a firma passa inclusive a interferir na produção, garantindo padronização, como no caso dos plantadores de beterraba que estabelecem contratos com empresas de refinamento de açúcar. O capitalismo, sem precisar adquirir a terra

“[...] transforma o fazendeiro em uma fonte de força humana trabalhando com meios de produção pertencentes a outros; e torna a agricultura, a despeito de sua aparente difusão e autonomia de seus pequenos produtores de commodities, em um sistema econômico controlado em princípios capitalistas por um número de empresas muito grandes, que por sua vez estão sob controle das maiores formas de capitalismo financeiro”^x (CHAYANOV, 1991:49, tradução nossa).

Para Chayanov, a diferença da indústria ocorre porque, na agricultura, há dificuldades de concentração da atividade em um espaço pequeno como na indústria, o que traria uma série de custos que diminuem as vantagens da implementação de unidades produtivas de larga escala. Aqui devemos ressaltar que esse cenário poder ter mudado consideravelmente com as tecnologias desenvolvidas no século XX.

Impactos da relação com o capitalismo para o camponês

Estabelecida a funcionalidade do campesinato para o setor capitalista, vejamos os impactos desta para o setor camponês. Shanin (1976) reforça o fato de que diversos grupos sociais repartem o valor gerado pela produção camponesa, seja a partir da renda, do endividamento com altas taxas de juros ou através dos termos de comércio desfavoráveis. Oliveira (1991) enfatiza ainda outra forma de drenagem da renda camponesa, que ocorre pela necessidade de aquisição de mercadorias utilizadas como meios de produção.

Chayanov^{xi} (1991) descreve as mudanças organizacionais na economia doméstica trazidas pelas transações monetárias, como expansão da produção das culturas mais rentáveis e corte dos setores menores. Ainda que a venda sirva só para adquirir produtos necessários, e não para acumular, a produção passa a ter um interesse quantitativo (valor de troca), subordinado ao interesse qualitativo que pode proporcionar (valor de uso). Não se trata de produção capitalista, em que a busca pelo valor de troca se autonomiza, mas há a separação entre quantidade e qualidade, levando ao camponês a necessidade de organizar a sua relação com o mercado para melhorar a remuneração do seu trabalho. O camponês adquire um interesse pelo aumento geral do preço dos seus produtos, relativamente ao preço dos produtos industriais que ele adquire.

Nesse processo é comum também que a renda monetária dos produtos seja suplementada por venda da força de trabalho fora da casa, devido ao fato de a manutenção da produção requerer cada vez mais dinheiro e força de trabalho, então, torna-se meio proletária, meio camponesa.

A situação é agravada pela forma de funcionamento do mercado, existindo uma série de intermediários entre o produtor e o consumidor; os representantes do capital comercial conseguem superlucros, pela exploração do produtor ou do consumidor. Os camponeses têm dificuldade em defender o valor de suas vendas, pois isso exige uma série de conhecimentos especializados e um acompanhamento constante dos mecanismos do mercado.

Frente a essa realidade, Chayanov (1991) propõe que a única forma de manter o camponês no campo seria aumentar os preços relativos dos produtos agrícolas por meio da organização e racionalização da produção agrícola. A solução é, através da concentração vertical da produção no formato cooperativo, os camponeses se associarem para criar suas “próprias e poderosas empresas”, que sejam gerenciadas por eles próprios, sob controle democrático.

Da economia camponesa à economia cooperativa

Para Chayanov (1991), dentro do capitalismo, esses elementos cooperativos só podem aparecer quando o capital local é relativamente fraco (às vezes a cooperativa é financiada pelo Estado ou pelo capital financeiro ou industrial internacional). No exemplo das cooperativas de fabricação de laticínios da

Sibéria^{xii}, os camponeses que haviam sido integrados pelo capital industrial viram-se na posição de controlá-lo na sua forma tradicional de parceria (*artel*) quando as fábricas faliram, de forma a conseguir manter o escoamento de sua produção.

Segundo Chayanov (1991), as cooperativas normalmente evoluem removendo setores relevantes da atividade de dentro da casa camponesa e industrializando-os, de forma que as aldeias ganham controle das posições de comando na economia rural. Essa concentração e organização da produção em novas e maiores formas obrigam o camponês a reorganizar sua produção de acordo com as demandas de comercialização e reprocessamento da cooperativa, melhorando a tecnologia e as técnicas de cultivo para garantir a padronização. A cooperação evolui, então, da comercialização e processamento para a produção propriamente dita (uso de máquina, tratamento do gado, etc.).

Chayanov aponta para a possibilidade de uma definição formal da empresa cooperativa como uma empresa formada por indivíduos livremente associados, cujo objetivo não é maximizar o lucro, mas aumentar a renda derivada do trabalho ou reduzir os gastos, por meio de uma administração comum – uma empresa que serve aos interesses de seus clientes que são, ao mesmo tempo, seus proprietários. Assumir a existência de um movimento cooperativo tornar-se-ia mais complicado. O autor enxerga conflitos de classe entre cooperativas de camponeses e cooperativas de trabalhadores industriais funcionando em uma mesma economia, pois as cooperativas não incluiriam um elemento novo acima das relações de classe.

Para Chayanov (1991) em um contexto capitalista, essas formas de cooperação agrária não representam nada mais que uma adaptação dos produtores de pequena escala às condições da sociedade capitalista, uma arma na luta pela sobrevivência. Eles não representam, e nem poderiam, um novo sistema social. Em uma sociedade de capitalismo de Estado (como era denominada a Rússia na época), com infraestrutura pública e crédito cooperativo, o sistema evolui de um sistema de unidades camponesas com ramos da economia coberto por cooperativas para um sistema baseado em uma economia rural pública e cooperativa, construída com socialização do capital e deixando a implementação de alguns processos para as unidades domésticas camponesas.

As cooperativas agrárias adquirem então, outro potencial, devendo a causa da cooperação tornar-se a causa camponesa, não só no aspecto empresarial, mas de movimento social:

“[...]ligando a atividade espontânea de muitos milhões de camponeses com a estrutura de uma economia estatal planejada. Esse envolvimento das massas camponesas na cooperação é o único método que pode, através de trabalho prolongado, transformar nossa agricultura difusa e individualista em um sistema econômico poderoso que, combinado com a indústria estatal, é sozinho capaz de se tornar o ponto de partida para a construção das fundações econômicas de uma sociedade socialista futura.” (CHAYANOV, 1991:250-251, tradução nossa)^{xiii}.

Baseado na experiência mexicana dos *ejidos* coletivos^{xiv}, Singelmann (1978) faz uma abordagem um tanto mais crítica das possibilidades da cooperação em um contexto capitalista. Para esse autor, a cooperação no México aparece como induzida e controlada de fora da unidade camponesa, servindo como

instrumento para facilitar a sua concentração vertical (para usar um termo de Chayanov) sob controle do capital financeiro, industrial e estatal, sem nenhum controle pelos camponeses, que saem de seu equilíbrio natural para um desequilíbrio estrutural de mercado, no qual se empobrecem.

Singelmann (1978) defende que desde o princípio os ejidos coletivos mexicanos estavam fadados ao fracasso porque a eliminação dos proprietários tradicionais não eliminava automaticamente a hipótese de que seriam substituídos por gerentes assalariados, funcionários governamentais ou oficiais dos bancos.

Posição diferente é defendida por Garcia (1981), para quem os ejidos surgem em um projeto nacional revolucionário, com uma reforma agrária que visava à substituição do sistema de latifúndios. Só que a abertura industrialista e burguesa dos anos 1940 reverteu o processo, dando o controle do governo à moderna oligarquia e às classes médias reformistas, que fizeram mudanças nos marcos legais do sistema *ejidal-cooperativo* que o descaracterizaram.

2) A economia popular – estratégia de sobrevivência dos não assalariados urbanos

Nossa abordagem a respeito da economia camponesa, que busca entender suas especificidades, suas relações com o capitalismo e suas implicações para a formação de uma economia associativa, passa a fazer sentido, nas últimas décadas do século XX, para estudar o que Shanin (1986:23) chamou de “estrato de sobreviventes plebeus urbanos” (subempregados, economias informais e outras redes de sobrevivência) que conformam outro padrão não capitalista de existência social e econômica sob o capitalismo, à semelhança da economia camponesa.

Contexto sociopolítico e origens da discussão do conceito de economia popular

Não se tratando de um campo tão consolidado como a economia camponesa, o estudo da “economia popular^{xv}” já nasce imerso em discussões a respeito de sua formação como resultado de uma fase específica do capitalismo (Singer, 2000) e de sua funcionalidade neste contexto (por exemplo, PAGOTTO, 2010), ao contrário da economia camponesa, que como vimos, é identificada como uma forma/modo de produção anterior ao modo de produção capitalista, que sobrevive a ele, e posteriormente é recriada por ele.

Resultado dessa imersão, torna-se difícil separar as características fundamentais desse novo setor da economia com o contexto socioeconômico e das suas relações com o capitalismo. É dessa forma que apresentamos, baseados em Quijano (1998), uma genealogia da discussão acerca da marginalidade e da informalidade que desemboca nas principais questões teóricas a serem enfrentadas para caracterizarmos

o setor hoje chamado de economia popular.

De acordo com Quijano, (1998:63) a discussão a respeito da marginalidade e da informalidade iniciou-se nos anos 1960, a partir de uma crise que se aprofundou nas décadas seguintes seguindo um roteiro diferente em cada país da América Latina^{xvi}, mas que já na década de 1960 começou a apresentar-se a partir do crescimento de setores sociais carentes de emprego estável e de renda suficiente para a satisfação de suas necessidades. No ápice da crise, atingido nas décadas posteriores, a recessão e o desemprego massivo levaram com que uma grande parte da população trabalhadora fosse posta fora de suas relações anteriores de classe (operários convertidos em vendedores ambulantes ou pequenos negociantes), fora de seus movimentos e organizações sociais, fora de sua identidade prévia e de uma consciência social em curso de formação.

Passa-se, então, a se utilizar a categoria “marginalidade”, que é controversa por ser usada a partir de duas perspectivas teóricas contrapostas. Uma delas refere-se à marginalidade como a situação de setores sem emprego estável que não participam plenamente da sociedade e que deveriam ser integrados a essa pelo Estado (não havendo um impeditivo estrutural para isso), revelando uma concepção dualista da sociedade. A outra, corrente histórico-estrutural, rejeita a dualidade, afirmando tratar-se de uma mesma sociedade articulada globalmente, mas heterogênea. Nessa sociedade, a marginalidade se origina das mudanças na estrutura de relações entre capital e trabalho, produzidas pela tendência de predominância do trabalho morto sobre o trabalho vivo. Dessa forma, a diminuição da demanda pelo trabalho assalariado põe em questão o seu destino, ocasionando a existência de uma “força de trabalho sobranete”. É essa população excedente que estes autores denominam marginalizada, não pela passagem entre uma sociedade tradicional e outra moderna, mas pelas próprias tendências globais do capital.

Dentro dessa segunda corrente, há ainda uma divisão quanto à interpretação da funcionalidade para o capital da massa marginal. De um lado, estão aqueles que a consideram disfuncional para o capital. Do outro, aqueles que consideram que essa mão de obra sobranete tende a conformar um “polo marginal da economia” constituído como um conjunto de atividades em torno do uso de recursos residuais de produção, com relações precárias, gerando renda reduzida e de configuração incompleta entre o salário e o lucro; e que produzem bens ou serviços para um mercado consumidor constituído pelos próprios marginalizados.

Abrimos aqui um parêntese na exposição das ideias de Quijano (1998) para salientarmos outra posição a respeito da funcionalidade da economia marginal, remetendo brevemente a Francisco de Oliveira (2003), que afirma a funcionalidade dos setores populares não só na produção de bens e serviços para um mercado consumidor constituído por eles próprios, mas a partir de dois polos: a) realização de funções acessórias para o grande capital, como nos exemplos do comércio ambulante, que garantem a circulação das mercadorias produzidas de forma capitalista (o autor cita o caso de alimentos) e também dos lava-rápidos, que garantem a manutenção da mercadoria produzida pelas grandes montadoras; e b) a

diminuição dos custos monetários de sobrevivência e de reprodução da classe trabalhadora, como no caso da autoconstrução, permitindo que, nas palavras de Marini (2000), o salário permaneça abaixo do custo de subsistência. Em ambos os casos não precisa haver subordinação direta do setor marginal ao setor capitalista para que essa se configure economicamente na prática.

Referindo-se ao termo “informalidade”, Quijano (1998) situa sua origem em uma estratégia sugerida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1969, de que os trabalhadores desempregados do Quênia melhorassem sua renda por meio de atividades e recursos que não estivessem sobre o controle institucionalizado do capital, o setor formal. O “setor informal”, dessa forma, caracterizar-se-ia como um modo de “fazer as coisas” com os seguintes elementos: a) facilidade para entrar no mercado; b) apoio em recursos locais; c) propriedade familiar dos recursos; d) pequena escala de operação; e) trabalho intensivo e tecnologia adaptada; f) destrezas adquiridas fora do sistema escolar; e g) mercados competitivos e não regulados.

Nesse contexto, ainda de acordo com Quijano (1998), em uma primeira vertente de análise, o setor informal foi cunhado em relação à lógica de sobrevivência dos trabalhadores, em uma perspectiva muito próxima ao primeiro campo apresentado dos que utilizam o termo economia marginal. Uma subdivisão dessa primeira vertente situa a origem da economia informal na estreiteza do mercado de trabalho em relação à oferta de mão de obra, originando esse setor de sub ou desempregados, no qual a força de trabalho torna-se unidade de produção de organização rudimentar. Outro grupo faz uma análise mais complexa, definindo o setor informal como “exército industrial de reserva” ou “subproletariado”, que, ao passo que funciona como mão de obra encoberta para a empresa capitalista, diferencia-se por ter capacidade autônoma de gerar sua própria renda, seus membros sendo explorados através da subcontratação ou através de relações mercantis em que se inserem como produtores simples de mercadorias.

Aqui mais uma vez abrimos um parêntese na apresentação de Quijano para expormos a discussão colocada por Singer (2000), não em termos de informalidade, mas também relacionada à existência do exército industrial de reserva com a categoria de modo de produção simples de mercadorias. Singer define esse modo de produção como aquele cujos agentes são os possuidores individuais dos seus meios de produção e distribuição e, portanto, também dos produtos de sua atividade, que eles intercambiam em mercados. “O agente é nesse modo quase sempre uma família ou um domicílio, cujos membros trabalham em conjunto, usufruindo coletivamente dos resultados de sua atividade. A agricultura familiar, o artesanato e o pequeno comércio são exemplos de atividades integrantes desse modo de produção” (SINGER, 2000: 11).

A questão colocada é que o capitalismo, tendo evoluído historicamente a partir do modo de produção simples de mercadorias, converteu-o em um modo marginal e subordinado, cuja ruína liberou mão de obra, apenas parcialmente absorvida pela economia capitalista. Sendo a perpetuação de um

exército industrial de reserva a característica específica do modo de produção capitalista, os anos dourados pós Segunda Guerra Mundial teriam sido a única época na história do capitalismo em que imperou o pleno emprego nos países mais adiantados, com a situação revertendo-se no último quartel do século XX. Consequência direta do crescimento do exército industrial de reserva é a necessidade de a população ganhar a vida vendendo o fruto do seu trabalho (já que não estava conseguindo vender a sua força de trabalho), levando ao inchamento da produção simples de mercadorias e o empobrecimento dos integrantes desse modo de produção.

Voltando à questão do conceito de informalidade, Quijano (1998) afirma que, com o estalar da crise mundial dos anos 1970, ele passou a ser utilizado também para designar a realização de operações informais por empresários em defesa frente à crise, identificando o setor informal a partir de uma relação entre capital e Estado e, dessa forma, sendo composto por empresas capitalistas que operam fora da normatividade (segunda vertente de análise).

Uma terceira vertente de análise enxerga o setor informal como um novo modo de produção ou uma economia alternativa. O autor aponta Paulo Renato Souza como um dos pioneiros em propor a diferenciação entre o “formal” e o “moderno” a partir do objetivo de não maximizar a taxa de lucros, mas o total de renda, mesma conclusão que foi alcançada por Lisa Peattie, ao estudar o setor de calçados na Colômbia e perceber que o interesse dos produtores não era o lucro, mas sim ter renda para viver sem dificuldades econômicas e sem as pressões do empresário capitalista. Quijano (1998) percebe, nessa vertente, uma aproximação às ideias de Chayanov sobre a economia camponesa, mas não aprofunda a questão.

O autor, assim como Cruz (2006), aponta a escola chilena de Luis Razeto como pioneira na proposição de um novo modo de produção ou uma economia alternativa, que adviria não do todo do setor informal, mas do conjunto das unidades de atividade econômica cuja característica específica é a organização comunitária.

A lógica de funcionamento da economia denominada popular

Tendo apresentado o histórico e as vertentes que analisam a marginalidade e a informalidade, Quijano (1998) defende a proposição daqueles que, no campo de discussão da marginalidade, apontam a economia popular como polo marginal da economia.

Ele critica o primeiro grupo de defensores do termo marginalidade e o primeiro grupo de defensores do termo informalidade por, ao enfatizarem o não cumprimento das regulações estatais, não aportarem elementos para diferenciar internamente o setor e as estratégias de sobrevivência. Critica também os que classificam os participantes da economia informal como “empresários”, pois essa não é a

realidade do artesão ou do vendedor ambulante que não controlam capital comprando e vendendo força de trabalho alheia, não se enquadrando na lógica da microempresa. Da mesma forma, a existência do caráter privado/individual nos setores informais não permite que a figura da “reciprocidade comunal” seja usada para defini-lo, como reconhecem os próprios autores do termo.

Frente a essa realidade, o autor propõe uma caracterização mais precisa para o amplo espectro do chamado setor informal:

1) Capital informal, formado por: a) empresários formais cujas empresas operam parcialmente de forma informal e trabalhadores cuja força de trabalho está no mercado informal de emprego; b) empresários exclusivamente informais, suas empresas e seus trabalhadores e c) trabalhadores que nominalmente vendem o produto do seu trabalho e não sua força de trabalho, mas que, na prática, produzem ou vendem sob o controle de empresários em formas de subcontratação. A informalidade como espaço do capital, estabelece relações exclusivamente de mercado com o trabalho.

2) Venda informal de trabalho ou pequena produção mercantil: trabalhadores que individualmente ou com suas famílias produzem e/ou vendem de forma independente de empresas e conseguem atingir produtividade suficiente para obter lucros. Dessa forma eles podem vir a estabelecer microempresas.

3) Polo marginal: de forma semelhante ao grupo anterior, são trabalhadores que individualmente ou com suas famílias operam independentemente de outras empresas, mas com recursos e produtividades tão baixos que não podem obter lucro, mas rendas de subsistência.

4) Reciprocidade ou intercâmbio de trabalho, gestão e venda comunal do trabalho, formado por: a) trabalhadores que se associam em instituições de produção e/ou de mercado, organizadas sobre a base da reciprocidade (troca de trabalho sem passar pelo mercado) e de gestão comunal, cuja função não é a obtenção de lucro, mas a garantia da renda para a subsistência dos membros e a ampliação da produção e da renda, sendo independentes das empresas formais e b) trabalhadores que se associam em instituições de trocas de serviço ou de gestão comunal cujo propósito é baratear o custo de sobrevivência.

Concordando com Quijano (1998), é possível afirmar que o histórico da recente discussão em torno da economia popular e sua potencial transformação em “economia solidária” está realmente marcado pelo debate a respeito da informalidade e da marginalidade, isso porque autores pioneiros como Singer, Coraggio e Razeto realmente aproximaram-se da discussão a partir do estudo das estratégias de sobrevivência das classes populares frente ao neoliberalismo, em uma perspectiva advinda da economia urbana e de articulação dos trabalhadores desempregados na economia formal (Cruz, 2006).

No entanto, é questionável a relevância da categoria setor informal, da forma como definida, para o estudo das estratégias dos trabalhadores. Nesse sentido, apresentamos agora a abordagem de Coraggio (2000) para a questão da economia popular, que inclui os setores da economia informal que dizem respeito aos trabalhadores, mas também às suas estratégias de sobrevivência dentro da economia formal, superando, portanto, essa segmentação.

Esse autor busca analisar e reconstruir o mundo da economia popular, aproximando-se bastante da forma como o faz Chayanov (1981), ao estudar a lógica de sobrevivência das camadas populares do campo. Coraggio (2000), entretanto, não segue pelo caminho de Peattie, ou mesmo Paulo Renato Sousa, que buscam identificar a lógica de funcionamento do produtor não formal, caminho que, de certa forma também é colocado por Singer ao estudar a lógica do modo de produção simples de mercadorias e do “modo de produção solidário” (a discussão em relação ao termo modo de produção será retomada no final deste trabalho).

Coraggio (2000), por outro caminho, estuda a lógica de reprodução da unidade doméstica (tida como microunidade de reprodução da economia popular), na qual, frente à crise do emprego, aparecem alternativas tais como o trabalho por conta própria, a mobilização para acessar benefícios de políticas sociais e a criminalidade, seja direta, seja na tentativa de acesso a serviços. Nesse novo contexto, a unidade doméstica não aparece necessariamente sob a forma de família, podendo ser uma “unidade unipessoal”, grupos de amigos ou grupos étnicos. A explicação para isto talvez esteja na presença de menor rigidez de papéis sociais em relação à unidade doméstica camponesa.

As unidades domésticas dos trabalhadores são aquelas compostas por pessoas que dependem da sua força de trabalho para a reprodução de sua vida, seja ao nível simples (manutenção de um mínimo necessário para a subsistência) ou ampliado (melhoria contínua da qualidade de vida – não necessariamente em forma monetária). Os setores populares, em que pese haverem zonas cinzentas, são, portanto, aqueles que vivem do trabalho e não de renda ou lucro.

Nas unidades domésticas populares, seus membros combinam todos ou parte dos seus recursos (entre seus meios de produção inclui-se a casa, instrumentos, maquinários) para satisfazer coletiva e solidariamente as necessidades do conjunto. Em geral, ainda que possam contar com outros recursos, essas unidades domésticas têm como recurso principal o seu “fundo de trabalho”, entendido como a capacidade de seus membros em garantir produtos que satisfaçam suas necessidades, seja através da produção direta ou das trocas com outros trabalhos ou produtos.

Esse fundo de trabalho apresenta diferentes formas de fazer-se efetivo: a) o trabalho assalariado (venda da força de trabalho); b) trabalho que produz bens ou mercadorias a serem comercializadas: (microempreendimento individual ou coletivo que não é uma empresa capitalista pequena e/ou ineficiente, mas uma extensão da unidade doméstica cujo objetivo não é acumular, mas sim, manter e melhorar a qualidade de vida); c) quando mediante a cooperação alcançam uma escala maior e um grau de organização superior, surgem empreendimentos coletivos que se diferenciam mais das unidades domésticas; d) trabalho para autoconsumo: bens e serviços produzidos como valores de uso que não viram dinheiro (limpeza, cuidado das crianças, reforma e construção da casa e de mobília, costura e confecção de roupas) – trabalho de reprodução propriamente dito; e) formas ampliadas de trabalho para autoconsumo como: construir instalações esportivas, obras de infraestrutura, restaurantes populares; f) trabalho de

investimento, de estudo, formação e capacitação (para desenvolvimento das capacidades produtivas); g) gestão/reivindicação coletiva de direitos; h) esportes/cultura – atividades não pecuniárias que resolvem o problema da diversão e da sociabilidade.

Ao aproximar-se da unidade doméstica tal como ela configura-se nos tempos atuais, Coraggio (2000) salta do campo de análise da lógica da empresa informal ou da lógica da empresa solidária para a “lógica da reprodução ampliada da vida”, tal qual ela é realizada pelos setores populares. O que Coraggio faz, de certa forma, é o exercício feito pelo próprio Chayanov (1991) ao confrontar o modo de produção camponês estilizado às estratégias reais de sobrevivência da família camponesa frente ao mercado, assim como Oliveira (1991) fez em relação às características do camponês nos anos 1990.

No entanto, a diferença entre a classe rural camponesa e a classe popular urbana é que, nesta última, a reprodução da vida não advém de uma lógica predominante que é apenas complementada por outras lógicas, como o trabalho acessório e formas de cooperação. Daí a apresentação dessa miríade de formas de efetivação da força de trabalho por Coraggio (2000) que, especialmente a partir da crise do capitalismo, deixaram de ser apenas acessórias da forma predominante (trabalho assalariado) para apresentarem diferentes combinações de relevância entre membros das famílias e mesmo entre famílias.

O exercício feito por Singer (2000) na caracterização dos modos de produção, tomado por esse aspecto, é relevante na medida em que contribui para analisar o quanto da lógica do modo de produção solidário está incorporado e combinado às outras estratégias de realização do seu fundo de trabalho pelas unidades domésticas populares. No entanto, uma questão fundamental para Coraggio (2000) é entender as unidades domésticas populares em seu conjunto, pois é na composição orgânica de uma economia formada pela lógica das unidades domésticas dos setores populares que reside a possibilidade de uma transformação social no sentido de superar o capitalismo

Das economias marginais/populares à economia social/solidária de reciprocidade

Iniciaremos analisando a proposta colocada por Singer (2000) a respeito da transformação do modo de produção simples de mercadorias em modo de produção solidário. Para esse autor, é face à realidade de precarização dos membros do modo de produção simples de mercadorias, pelo aumento do exército de reserva de mão de obra (que, em termos de Quijano, poderíamos definir como passagem do modo de produção simples de mercadorias para o polo marginal), que surge o “modo solidário de produção e distribuição”, criado e recriado periodicamente (sempre que o processo de exclusão se repete) pelos marginalizados do mercado de trabalho.

Singer (2000), portanto, articula os três componentes do setor informal (como definidos por Quijano) relacionados aos trabalhadores em uma sequência causal lógica, em que o modo de produção

solidário apresenta-se como consequência defensiva dos trabalhadores; caracterizando-se em um modo de produção que casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (do modo de produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização desses meios (trabalho coletivo em sistemas que só podem ser operados por um grande número de pessoas, próprio do modo de produção capitalista).

O modo solidário de produção e distribuição seria uma síntese destes modos de produção capaz de superar ambos, com princípios organizativos como:

“[...] posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado "sobras") também por critérios acertados entre todos os cooperadores” (SINGER, 2000, p.13).

Sendo o modo solidário de produção e distribuição criado a partir dos atores marginalizados, é natural que esses estejam inicialmente muito próximos a essa condição precária inicial, restando a questão a respeito de essa nova forma de organização ter a capacidade para superar seu aspecto defensivo e tornar-se um modelo preferencial ao do emprego assalariado para aqueles que o constroem inicialmente por falta de opção. Se analisarmos os registros de empreendimentos de economia solidária formalizados e gerando renda relativamente alta para seus trabalhadores, é possível afirmar que a economia solidária não se restringe à economia informal, ou mesmo à economia marginal; por outro lado, não é possível ainda tecer conclusões acerca da tendência para a qual caminham a maior parte dos empreendimentos.

Essa explicação econômica da emergência do modo de produção solidário ou da economia baseada na reciprocidade não se faz completa sem um adendo sociológico que busque explicar porque essas formas de reação baseadas na solidariedade parecem vir apresentando um maior destaque nessas últimas décadas frente a períodos anteriores em que também existiram grandes massas de desempregados.

Um dos primeiros a buscar esses fatores foi Hirschmann (1987), que aventou a hipótese de que o surgimento de diversas experiências de organizações coletivas de base represente o questionamento de que a necessidade de mudança social implica a necessidade de tomada do poder do Estado. Tal teoria seria corroborada por Singer (1998), tendo em vista que ele aponta como um dos elementos que permitiu o olhar renovado para as experiências de economia solidária o colapso do socialismo realmente existente.

Cruz (2006) desenvolve uma análise no mesmo sentido, enfocando a realização de uma autoavaliação pelos movimentos sociais sobre sua “derrota” anterior, em que ganharam força elementos como a necessidade de envolvimento das bases nas tomadas de decisões, menos “dirigismo” e “vanguardismo”, introdução de temas como gênero e etnia, politização das pautas reivindicatórias e percepção do papel limitado do Estado na transformação da sociedade, por um lado, e da importância estratégica de sua ocupação pela via democrática, por outro; tendências essas que desembocaram no

Partido dos Trabalhadores (PT) e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, na Frente Ampla no Uruguai, em uma renovação do Peronismo na Argentina e no surgimento do movimento *piquetero* e das Mães da Praça de Maio.

Para CRUZ (2006, p.127):

“[...] em cada iniciativa, em cada empreendimento, se poderá notar a presença desses valores, alimentados sempre por lideranças e/ou apoiadores que se formaram ideológica e politicamente pelos novos movimentos sociais, saídos da luta contra as ditaduras militares e experimentados pela dinâmica dos novos movimentos sociais dos anos 80.”

Retomando o esquema de análise proposto por Coraggio (2000), esses autores, mesmo que olhando para a inserção dessas experiências de economia solidária na sociedade e suas relações políticas, ainda não enfatizam a questão da relação das estratégias de sobrevivência baseadas na reciprocidade com as demais estratégias de sobrevivência dos setores populares.

Para ele, a proposta é que esse setor heterogêneo, disperso, contraditório e conflituoso que é atualmente a economia popular, possa se estruturar em um todo organizado, um sistema capaz de confrontar os sistemas de economia capitalista e o sistema de economia estatal:

“Quando falamos de economia social estamos então nos referindo a uma possível (ainda não constituída) configuração transicional de recursos, agentes e relações que, mantendo algumas características qualitativas centrais do substrato agregado de unidades domésticas, institucionaliza regras internas de regulação do trabalho e da distribuição dos seus resultados, articulando-se a nível microeconômico em múltiplas formas de unidades de maior escala autogerida e a nível mesoeconômico em redes de intercâmbio e cooperação de crescente complexidade, incorporando recursos públicos pela via da gestão participativa e a democratização geral do Estado desde o local até o regional e o nacional, constituindo-se como subsistema no conjunto da economia, propondo a reprodução ampliada da vida de todos em disputa pela hegemonia frente à lógica da acumulação privada sem limites, própria das empresas de capital, assim como frente à lógica de acumulação de poder político ou de mera governabilidade/legitimação do sistema social por parte da Economia Pública” (CORAGGIO, 2007:11,12, tradução nossa)^{xvii}.

Dessa forma fica explícita a proposta de coordenação, articulação e associação das iniciativas de economia popular de forma que passem a ser iniciativas de economia solidária, e dessas últimas entre si, de forma que se tornem capazes de afirmarem-se como setor da economia, ou seja, a realização do que Chayanov considerava impossível no capitalismo, a afirmação de um sistema social, que coexistente, ao sistema capitalista, baseie-se na cooperação.

3) Potencialidades das formas associativas solidárias

Neste trabalho, procuramos estudar, a partir das estratégias, como as classes trabalhadoras excluídas das formas diretamente capitalistas de exploração reproduzem a sua vida, os caminhos pelos

quais essa resistência leva a formas mais complexas de auto-organização da produção que podem apontar para a produção baseada no trabalho associado.

O debate histórico a respeito do cooperativismo

Não tendo a discussão histórica acerca do cooperativismo se baseado nas premissas do desenvolvimento das cooperativas a partir de formas mais simples de produção não capitalista, essa não tinha sido abordada até este momento do trabalho, mas há de se registrar que é uma discussão tão antiga quanto a da economia camponesa.

Assim, encontramos em Singer (1998) uma descrição do surgimento das primeiras cooperativas de produção como uma das reações da classe operária ao processo de industrialização. Por um lado havia o cooperativismo Owenista, com a tentativa de construção de aldeias cooperativas financiadas por ricos filantropos, e, por outro, o cooperativismo operário que se constituía de cooperativas surgidas de greves e de reações contra a redução dos salários, com o objetivo de tentar eliminar a empresa capitalista do mercado.

Ambas as tentativas não tiveram grande êxito, as aldeias cooperativas não conseguiam sustentar-se e acabavam adotando práticas capitalistas; já as cooperativas operárias não resistiam ao confronto com os patrões quando esses organizavam locautes que superavam a capacidade da classe operária de prover a subsistência dos trabalhadores desempregados. A Cooperativa de Consumo dos Pioneiros de Rochdale é apresentada como matriz de todas as cooperativas modernas, por superar as experiências acima relatadas ao não ter entrado pela via do confronto direto com o capital, de forma que tentava transformá-lo a partir de dentro.

A infância do debate a respeito do cooperativismo foi travada entre Marx e Proudhon, este último enfocando, desde o começo, a construção da sociedade socialista através da economia, propondo como elementos fundadores dessa sociedade as associações mútuas entre produtores individuais no campo e na cidade, e o fomento a “bancos do povo” que financiassem a “economia mútua” (WOODCOCK, 1983). Marx, por outro lado, apresentava um viés mais estatizante, ainda que não apresentasse como pressuposto a necessidade do Estado tornar-se proprietário das unidades produtivas; ele exigia, isso sim, o planejamento e a coordenação entre as unidades produtivas.

Ademais, quanto ao papel das cooperativas dentro do capitalismo, é famosa a citação segundo a qual:

“[...] as fábricas cooperativas dos próprios trabalhadores são, dentro da antiga forma, a primeira ruptura da antiga forma... As empresas capitalistas por ações tanto quanto as fábricas cooperativas devem ser consideradas formas de transição do modo de produção capitalista ao modo associado, só que, num caso, a antítese é abolida negativamente e, no outro, positivamente” (MARX Apud CRUZ, 2006:12).

O debate em relação ao cooperativismo continua historicamente entre os marxistas, em geral, tendo alguns dos maiores representantes do pensamento marxista como Bernstein, Kautsky e Luxemburgo, como opositores a sua proposta. Luxemburgo foi a que realizou a crítica mais contundente e conhecida atualmente, segundo a qual as cooperativas apresentam a tendência de, ou degenerar-se assumindo formas hierárquicas de controle e exploração dos trabalhadores, ou falirem, devido à recusa dos mesmos em empregarem sob si próprios os mecanismos de controle e de exploração (Cruz, 2006; Singer, 2000).

A essa crítica, Singer (2000) responde afirmando: a) as oportunidades das cooperativas efetuarem uma menor intensidade de trabalho que as empresas capitalistas pela ausência de necessidade de provimento de lucros e b) a alternativa que restaria aos trabalhadores frente à autoexploração: o desemprego ou a exploração capitalista.

Pelo lado do pensamento anarquista, Bakunin defendia a cooperação em bases diversas da burguesa, advertindo que essa só pode funcionar plenamente após a coletivização da terra e do capital, mas defendendo a formação de cooperativas nos mais diversos ramos (Marcos, 2005). Kropotkin talvez seja o principal pensador anarquista a defender o cooperativismo e, de todos os pensadores da época, será o que mais se aproxima de apresentar uma teoria da formação das cooperativas como provenientes de formas mais simples de cooperação.

Kropotkin (1986), na verdade, desenvolveu uma teoria a respeito da ajuda mútua que a situa como principal elemento da evolução das espécies, incluindo aí a espécie humana, e, portanto, um elemento civilizador como parte de um longo processo de transformação social que desembocaria no comunismo anarquista. Para Kropotkin (1987:180, tradução nossa):

“[...]novas instituições econômicas e sociais, à medida que elas sejam uma criação das massas, novos sistemas éticos, e novas religiões, todas se originam da mesma fonte, e o progresso ético de nossa raça, visto em suas linhas gerais, aparece como extensão gradual dos princípios de ajuda mútua da tribo a aglomerações sempre maiores, de forma a, finalmente, abranger um dia toda a humanidade...”^{xviii}

É especialmente interessante a descrição do autor sobre a evolução da cooperação na Rússia, descrita como um processo natural (na forma primitiva dos *artels*^{xix}) fundamental para a colonização da Sibéria, encontrado ainda em seu tempo nas organizações de pescadores e caçadores e diversas outras atividades, mesmo urbanas, não se restringindo ao caso dos camponeses, que é desenvolvido por Chayanov (1991).

De acordo com Marcos (2005:8530):

“[...] ao dar valor positivo às manifestações de solidariedade entre os homens, e não na luta de classes como entendida, por exemplo, por MARX, KROPOTKIN considerava que o verdadeiro objetivo da luta política – cuja existência ele admitia – devia ser a definitiva eliminação do

fenômeno de formação das classes e a sua substituição com a unidade do grupo regido pelo apoio mútuo e não a substituição de uma classe no poder por outra.”

Essa concepção de Kropotkin, especialmente no que toca a priorizar e dar valor positivo às manifestações de solidariedade entre os homens, seguramente permite que ele se coloque, em certa medida, como um precursor do método utilizado por alguns autores da economia solidária para analisar a sociedade. É o caso de Singer (1998), por exemplo, que valoriza o que ele denomina de implantes socialistas dentro do capitalismo, especialmente a democracia política, os sindicatos e as cooperativas, como parte de um longo processo de revolução socialista (que se diferencia de processos de revolução política). De certa forma, esses implantes socialistas são algumas das formas específicas assumidas pelas associações de ajuda mútua no período posterior à Revolução Industrial, e o processo de revolução social descrito por Singer assemelha-se à longa transformação descrita por Kropotkin.

Alguns debates a serem aprofundados

Já quando nos referimos aos debates atuais em torno da economia solidária, identificamos alguns conflitos e questões em aberto, que remetem diretamente a algumas das questões já abordadas a respeito da economia camponesa e da economia popular. Começamos por uma questão na qual os correntes estudos já estão relacionando os avanços teóricos no debate da economia camponesa ao debate da economia solidária. Trata-se do debate sobre o conteúdo do termo “modo de produção”. Ao longo deste artigo, procurou-se usar o termo modo de produção, ou então sua alternativa forma de produção, de acordo como ele foi utilizado pelo autor citado.

Na verdade subjaz a essas diferentes terminologias um debate conceitual profundo. Gaiger (2003), abordando a maneira como Singer (2000) caracteriza a economia solidária como modo de produção, reconstrói o debate feito por Shanin a esse respeito, tomando em conta a economia camponesa. Ele propõe que se considere como modo de produção apenas aquele capaz de reconstituir continuamente as relações próprias de expropriação e acumulação de excedentes, propondo que para as formas alternativas de organização do trabalho, desprovidas de uma estrutura de reprodução relativamente autossuficiente, seja utilizado o termo “formas de produção”.

A relevância desste debate se dá à medida que se busca entender “como tais formas, a partir de seu lugar subalterno ou periférico, podem encetar movimentos de alargamento do seu próprio campo e da sua lógica interna, subtraindo-se, em alguma medida, ao controle do capital” (GAIGER, 2003:189), que é o que se busca com a economia solidária.

Gaiger compreende a economia solidária como uma forma social de produção que, como a camponesa, é atípica ao capitalismo, mas, além disso, guarda a especificidade de ser contraposta ao

capitalismo no que diz respeito à organização interna da produção, ainda que conviva com ele na esfera da circulação. Dessa constatação, o autor retira algumas proposições para que a economia solidária possa conter a capacidade de transição e afirmar-se como um novo modo de produção: se utilizar e transformar a base técnica capitalista, dar prova de superioridade no cotejamento e disputa com as empresas capitalistas e externar sua lógica cooperativa por meio do estabelecimento de relações de intercâmbio e troca.

Acrescenta-se também a discussão trazida por Coraggio (2000) acerca da necessidade de estabelecimento de alianças entre aqueles que fazem parte da economia solidária e as demais lutas que visam crescer força e controle para os trabalhadores sobre todas as formas que esses utilizam para garantir a sustentação de sua unidade doméstica. Esse tema foi brevemente discutido neste trabalho, mas passa por complexificar o entendimento da lógica das unidades domésticas dos setores populares que têm como ponto de partida a forma como Chayanov (1981) entendeu a lógica da unidade doméstica camponesa.

Outra grande questão, de caráter mais geral, diz respeito à funcionalidade das formas solidárias de organização para o capital. Singelmann (1978) apresenta o caso extremo, em que as relações de reciprocidade internas ao grupo são, na verdade, uma melhor forma de organização para sua exploração mediante controle disfarçado da produção por interesses capitalistas, pertencentes, portanto, ao domínio do capital informal, mediante a venda de sua força de trabalho.

No entanto, a possível funcionalidade da economia solidária ao capitalismo não se limita a esses casos extremos, como adverte Francisco de Oliveira (2003). Ainda que não se refira diretamente à economia solidária, sua reflexão se aplica à medida que os empreendimentos solidários se inserem nos setores em que não é produzida a principal parte do valor das mercadorias, não necessitando que o capital exerça controle sobre eles para que se aproprie do valor neles produzido (extração da mais-valia no campo da circulação). Barbosa (2005) oferece uma descrição detalhada desse tipo de crítica aplicada à economia solidária.

Uma linha de resposta para essa crítica é a proposta de robustecimento econômico da forma de produção da economia solidária nas linhas da proposta de Gaiger (2003) e defendida por Singer (2000:24) como “construção de um setor integrado de empresas e instituições que se regem pelos princípios da economia solidária”.

Outra linha de resposta é oferecida por aqueles que reforçam o caráter pedagógico e de organização política dos setores marginalizados, que é propiciado pela economia solidária (NOVAES, 2009). Se aceitarmos os argumentos apresentados ao longo deste trabalho, segundo os quais a economia capitalista encontra-se em uma situação de permanente desemprego estrutural^{xx}, as lamentações quanto ao caráter revolucionário da classe operária não servirão para reverter o processo de exploração e desagregação.

Neste sentido, propomos um esforço de adaptação da tipologia construída por Bernardo (2009),

tendo em vista a organização dos trabalhadores em luta no interior da fábrica, para uma tipologia da organização da luta dos trabalhadores excluídos da exploração direta pelo capital. A tipologia apresentada por Bernardo vai desde a luta individual e passiva (absenteísmo, uso de entorpecentes etc.) até o extremo da luta ativa e coletiva (greves com ocupação da fábrica e reorganização da produção sob formas horizontais), passando pelas formas intermediárias individuais e ativas (sabotagem individuais e furtos) e passivas e coletivas (greves burocratizadas fora dos muros da fábrica).

Por analogia, para um trabalhador excluído do processo de exploração capitalista, a forma individual e passiva de resistência seria o trabalho por conta própria, o autoemprego, enquanto a forma individual e ativa estaria representada pelo furto e pela criminalidade. A maior parte das iniciativas de economia solidária estaria catalogada como formas de resistência coletiva e passiva, dado que coexistem com o capital sem se contrapor diretamente a ele. Não obstante, é a partir dessas formas coletivas e passivas que potencialmente desenvolvem-se as formas mais avançadas de luta para trabalhadores marginalizados. Trata-se da luta ativa e coletiva que envolve não só a organização dos meios de reprodução da vida em forma radicalmente horizontalizada, mas também o conflito direto com o capitalismo através de estratégias de reivindicação do acesso aos meios de produção.

4 - Conclusão: sobre as relações entre a economia camponesa, economia popular e economia solidária

Recordemos que a produção cooperativa como forma de manutenção e desenvolvimento da lógica camponesa de produção aparece nas análises de Chayanov (1991), que se referia a uma economia camponesa enraizada e preexistente ao capitalismo. O debate a respeito da economia camponesa será retomado principalmente a partir da constatação da sua frequente recriação, devido à natureza do capitalismo dependente nas sociedades periféricas. Essa retomada do debate, no entanto, não apresenta ênfase na questão da cooperação como forma de fortalecimento da economia camponesa, a não ser nas análises concretas feitas pelo próprio MST (1994) sobre o processo de reforma agrária e a forma de organização da produção que lhe é subsequente.

A discussão a respeito da economia marginal/informal e sua caracterização como economia popular resulta do mesmo contexto socioeconômico em que a discussão do campesinato é retomada, especialmente pela constatação de que as massas urbanas não estão mais sendo incorporadas ao capitalismo, sendo forçadas a recorrerem a outras formas de garantir a sua sobrevivência. Logo, dentre essas formas alternativas de garantia de sobrevivência destacam-se algumas baseadas em princípios como reciprocidade e autogestão, e organizadas na forma de “trabalhadores livremente associados” (para usar uma expressão de Marx), o que leva ao desenvolvimento do campo de estudos que hoje é denominado

comumente de economia solidária.

Para um capitalismo renovado, há de se criar novas formas de resistência. Dessa forma, apresenta-se como estratégia coerente de contraponto à ação desenraizadora do capital, a organização de setores que exerçam suas atividades de trabalho de forma não alienada (no limite em que tal é possível dentro de um modo de produção capitalista) e de sua luta em torno de pautas e lutas por acesso a fundos e políticas públicas.

Tentamos demonstrar neste trabalho que o desenvolvimento dessa estratégia passa pelo fortalecimento (econômico e político pedagógico) de um setor da economia baseado em princípios de reciprocidade e autogestão e que os atores potenciais desse campo são os que hoje praticam a forma de produção camponesa e os setores da economia popular, identificados como dois tipos diferentes da forma de produção simples de mercadorias.

Todas as definições conceituais do setor da economia solidária levam em conta os setores urbanos e os rurais que seguem os seus princípios, mas, como pôde ser percebido, o processo de construção dos conceitos foi feito levando-se em conta principalmente a realidade urbana. Na maior parte das vezes, foram herdados, de forma indireta, conceitos utilizados e desenvolvidos para a análise das especificidades da economia camponesa. Reflexo da realidade desse processo de construção é o fato de que as identidades dos setores comumente caracterizados como economia solidária no campo tendem a reconhecer-se em torno das suas especificidades e bandeiras mais antigas, como “reforma agrária”, “campeginidade”, ou mais recentemente “agricultura familiar”. Esta última é justamente a que mais se aproxima da economia solidária, vide a constituição da União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES. Já os setores urbanos, talvez até por terem suas lutas historicamente mais relacionadas ao sindicalismo, e relativamente menos direcionadas a aspectos da produção e reprodução da vida de forma autônoma, tendem a identificar-se mais prontamente com a denominação de economia solidária.

No campo das relações concretas de articulação, os movimentos só têm a ganhar na medida em que conseguem propor uma integração de pautas de reivindicação e diálogo com a sociedade pela sua realização de forma integrada do que Chayanov (1981) considerou impossível: a superação de suas identidades originais e o reconhecimento da fusão de seus interesses na constituição de uma identidade própria de trabalhadores livremente associados.

No campo da construção teórico-conceitual, por sua vez, os autores que estudam a economia solidária com certeza podem enriquecer a sua concepção com os debates travados há muito sobre a economia camponesa. E os autores que estudam esta última, sem dúvida, têm muito a se inspirar na forma como a economia solidária busca entender as possibilidades transformadoras do processo de exclusão constantemente gerado pelo capitalismo.

Bibliografia

- BARBOSA, R. São Paulo. *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*, 2005 305f Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
- BERNARDO, J. 2009. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Expressão Popular
- CHAYANOV, A. 1981 Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, J e STOLCKE, V *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense.
- CHAYANOV, A. 1991 *The theory of peasant co-operatives*. Columbus: Ohio State University Press.
- CORAGGIO, J. 2000. Da economia dos setores populares à economia do trabalho In: Kraychete, G. *Et alli (orgs) Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes/Capina/Cese.
- CORAGGIO, José Luis. 2007. *La economía social y la búsqueda de un programa socialista para el siglo XXI*. Base de la exposición en el panel “La economía del socialismo del Siglo XXI”, en el Encuentro “Los socialismos del Siglo XXI”, Quito. Disponível em http://www.coraggioeconomia.org/jlc_publicaciones_ep.htm
- CRUZ, A. *A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*, 2006 325f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas
- GAIGER, L. 2003 A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *CADERNO CRH*, Salvador, n. 39.
- GARCÍA, Antonio. 1981 *Reforma agraria y desarrollo capitalista en América Latina*, México: Universidad Nacional Autónoma de México.
- HEGEDUS, A. 1984. A questão agrária. In: HOBBSAWN, E. (org) *História do marxismo*. Vol 4 Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HIRSCHMAN, Albert. 1987 *O progresso em coletividade: experiências de base na América Latina*. Rosslyn: Fundação Interamericana.
- KROPOTKIN, Peter. 1987 *Mutual aid, a factor of evolution*. Londres: Freedom Press.
- MARCOS, V. 2005. A construção do território camponês entre velhas e novas utopias. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: USP.
- MARINI, R. 2000 *Dialética da dependência / uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*, Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO.
- MARX, K. 1986 *O capital*, São Paulo: Nova Cultural.
- MST. 1993. Questões políticas sobre cooperativas de produção. *Cadernos de formação*. São Paulo: MST. n.20.

- NOVAES, H. T. 2009. A autogestão como magnífica escola: notas sobre a educação no trabalho associado. *Revista e-Curriculum (PUCSP)*, v. 5, p. 90-126.
- OLIVEIRA, A. 1991. Questões teóricas sobre a agricultura camponesa. In: _____ *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- OLIVEIRA, F. 2003. *Crítica a razão dualista*. São Paulo: Boitempo.
- QUIJANO, A. 1998. *La economía popular y sus caminos en America Latina*, Mosca Azul Editores.
- SHANIN, T. 1976 *Naturaleza y lógica de la economía campesina*, Barcelona: Anagrama.
- SHANIN, T. 1986 Chayanov's message: illuminations, miscomprehensions, and the contemporary "development theory" In: CHAYANOV, A *The theory of peasant economy*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press.
- SINGELMANN, P. 1978. Rural Collectivization and dependent capitalism: the Mexican ejido. *Latin American Perspectives*, v.5, n.3.
- SINGER, P. 1998. *Uma utopia militante: Repensando o Socialismo*. Petrópolis: Vozes.
- SINGER, P. 2000. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição In: SINGER, P; SOUZA, A *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- STAVENHAGEN, R. 1978. Capitalism and the peasantry in Mexico. *Latin American Perspectives*. v.5, n.3.
- TAVARES dos SANTOS, José. 1978 *Colonos do Vinho*, São Paulo, Hucitec, apud OLIVEIRA, A. 1991. Questões teóricas sobre a agricultura camponesa. In: _____ *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- TRAGTENBERG. M. 2007. *A revolução russa*, São Paulo: UNESP
- WOODCOCK, G. 1983. *História das ideias e movimentos anarquistas*. (vol 1. A ideia) Porto Alegre: L&PM.

-
- ⁱ Definida pelo autor como linha dura face à economia camponesa, que vai de ECCARIUS (que a defendeu na primeira internacional) e passa por Liebknecht (que fundamentou a política agrária da social-democracia alemã em 1870) e chega a KAUTSKY (que foi personalidade influente no mesmo partido e no marxismo, especialmente com sua obra, de 1899, *A Questão Agrária*).
- ⁱⁱ Mencheviques e bolcheviques eram facções distintas do Partido Operário Social Democrata Russo, que disputaram o poder no início do processo revolucionário, culminando na vitória de Lênin e do partido bolchevique. Para mais informações e caracterização das distinções entre os partidos recomenda-se TRAGTENBERG (2007).
- ⁱⁱⁱ Importante economista agrário russo identificado com o movimento dos populistas, combatido pelos comunistas russos por idealizar um regresso à vida no campo. Ainda assim foi diretor do Instituto de Investigação Científica para Economia Agrícola durante o governo de Lênin, tendo sido perseguido a partir da ascensão de Stalin.
- ^{iv} Infelizmente o autor não cita nomes ou obras de referência que caracterizem cada uma das correntes.
- ^v Teodor Shanin é um estudioso do campesinato que estudou o seu papel na revolução russa e destacou-se por aplicar suas análises à realidade dos países do terceiro mundo, atualmente é reitor de uma universidade na Rússia.
- ^{vi} Denominação utilizada por MARX para designar o movimento no qual o produtor oferece suas mercadorias para então poder adquirir recursos para satisfazer suas necessidades de consumo através da compra de mercadorias; por isso mercadoria – dinheiro – mercadoria.
- ^{vii} Denominação utilizada por MARX para designar o movimento no qual o capitalista utiliza recursos para contratar mercadorias

(incluindo o trabalho) que através do processo produtivo poderão ser vendidas com um valor adicionado ao qual elas foram contratadas; por isso dinheiro – mercadoria – quantia maior de dinheiro.

- viii Denominação utilizada por MARX para designar o valor gerado pelo trabalho humano e apropriado como mercadoria pelo capitalista que o contrata; compõem a diferença entre D' e D. Para um aprofundamento desses conceitos recomenda-se a leitura de MARX (1984) e de BERNARDO (2009).
- ix O autor define a exploração horizontal como a fusão de pequenos empreendimentos não apenas no âmbito econômico, mas também no âmbito técnico, com a concentração de força de trabalho e maquinário em pequenos espaços, levando a grandes quedas no custo de produção. A exploração vertical, por outro lado, não implica uma fusão dos produtores, mas um controle imposto sobre esses desde outras etapas da cadeia produtiva: comercialização e crédito.
- x “[...] turns the farmer into a source of manpower working with means of production belonging to others; and it turns agriculture, despite its apparent diffusion and the autonomy of its small commodity producers, into an economic system controlled on capitalist principles by a number of very large enterprises, which in turn are under the control of the highest forms of finance capitalism”
- xi Como mesmo no período em que escreveu era difícil encontrar camponeses sem relação nenhuma com o mercado, o autor utiliza então uma comparação entre o distrito de Totem (um dos mais isolados da União Soviética da década de 1920) como exemplo de economia natural e o distrito de Volokolamsk, também da União Soviética, como exemplo de campesinato inserido no mercado.
- xii A Sibéria é uma região de acesso difícil, que faz parte da Rússia, desde o século XVI. Com a construção da rodovia trans-siberiana, em fins do século XIX, foi desenvolvida uma indústria de laticínios, devido à disponibilidade de terra para forragem. Com a crise econômica que atingiu essa indústria em começos do século XX (antes da revolução), desenvolveram-se cooperativas camponesas.
- xiii [...] linking the spontaneous activity of the many millions of peasants with the structure of a planned state economy. This involvement of the peasant masses in co-operation is the only method which can, through prolonged work, turn our diffuse individualistic agriculture into a powerful economic system which, when combined with state industry, is alone capable of becoming the starting point for the building of the economic foundations of a future socialist society”
- xiv Os ejidos coletivos são estruturas cooperativas surgidas com a reforma agrária promovida pelo governo Cárdenas no México, na década de 1930. Em seu aspecto formal, foram mantidos por muito tempo como parte da estrutura agrária mexicana, mas seu conteúdo efetivo passou por diversas transformações.
- xv Como ficará mais claro à frente, denominamos a economia popular como uma das estratégias de sobrevivência dos setores populares, por meio de atividades econômicas e práticas sociais. Já os termos economia solidária e economia social (apesar do significado diverso que lhe dão especialmente os autores europeus) não são diferenciados entre si neste artigo, mas diferem da economia popular à medida que se referem a atividades econômicas especificamente coletivas, em geral levadas a cabo pelos setores populares, mas não obrigatoriamente.
- xvi Quijano aponta os anos 1970 como primeira fase do estopim da crise mundial do capital, caracterizada pela estagflação generalizada. Posteriormente, aparece o neoliberalismo como discurso de reestruturação do poder do poder do capital.
- xvii “Cuando hablamos de **economía social** estamos entonces refiriéndonos a una posible (aún no constituida) configuración transicional de recursos, agentes y relaciones que, manteniendo algunas características cualitativas centrales del sustrato agregado de unidades domésticas, institucionaliza reglas internas de regulación del trabajo y de la distribución de sus resultados, articulándose a nivel microeconómico en múltiples formas de unidades de mayor escala autogestionadas y a nivel mesoeconómico en redes de intercambio y cooperación de creciente complejidad, incorporando recursos públicos por la vía de la gestión participativa y la democratización general del Estado desde lo local hacia lo regional y nacional, constituyéndose como subsistema en el conjunto de la economía, planteando la reproducción ampliada de la vida de todos en disputa por la hegemonía frente a la lógica de la acumulación privada sin límites, propia de las empresas de capital, así como frente a la lógica de la acumulación de poder político o de mera gobernabilidad/legitimación del sistema social por parte de la Economía Pública”
- xviii [...] new economical and social institutions, in so far as they were a creation of the masses, new ethical systems, and new religions, all have originated from the same source, and the ethical progress of our race, viewed in its broad lines, appears as a gradual extension of the mutual-aid principles from the tribe to always larger and larger agglomerations, so as to finally embrace one day the whole of mankind...”
- xix De acordo com o autor os artels são iniciativas informais de cooperação que remontam a Idade Média e a própria formação da Rússia. Esses coletivos informais variam de tamanho e complexidade de acordo com a atividade econômica para o qual são constituídos, podendo ser formados para atividades perenes ou para necessidades específicas.
- xx Recentemente agravada pela desestruturação das formas tradicionais de exploração baseadas no assalariamento e subordinação direta do trabalhador.